

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



**OS MODELOS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A EXPLORAÇÃO DO
TRABALHADOR: DA MANUFATURA AO PRECARIADO.**

Maria Adriana Ribeiro da Silva Rocha¹

Douglas Paiva Marques²

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.
Fernando Pessoa.

Resumo:

A presente pesquisa traz uma análise acerca da evolução dos modelos de produção em meio ao sistema capitalista, dando ênfase à exacerbada exploração da força de trabalho, ocasionada pelas implicações decorrentes do acirramento das disputas capitalistas pelo aumento da taxa de lucro. Logo, a processualidade histórica que vem intensificando as determinações dos modelos de produção capitalistas, cada vez mais pautados na obtenção de lucro, busca, por sua vez, criar formas, gradativamente mais intensificadas de precarização das condições de trabalho, as quais têm sido responsáveis por apreender o trabalhador integralmente, capturando as suas forças e habilidades físicas como também, a sua subjetividade e, por fim, deteriorando as possibilidades de ascensão profissional de um contingente de jovens investidos de um alto potencial educacional. Esse contexto configura uma faceta atual da

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, Especialista em Gestão Social pela Faculdade da Grande Fortaleza – FAMETRO e Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. dricaribeiro13@hotmail.com

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará - UFC. douglasmarques25@yahoo.com.br



exploração do trabalho, que denominamos como precariado. A pesquisa em tela é de cunho bibliográfico e traz um enfoque qualitativo.

Palavras chaves: Modelos de produção capitalista, Exploração do trabalho, Precariado.

1. Introdução

O trabalho é uma práxis pertencente ao gênero humano, sendo pautado a partir de um intercambio entre o homem e natureza, para garantir a sobrevivência daquele. Entretanto, ao longo do tempo, em meio há um modelo de sociabilidade capitalista, os homens têm sido usados como instrumentos para outros homens a quem vendem sua força de trabalho e, agregada a essa, toda a sua condição de existência.

Nessa sociedade do capital, marcada pela procura incessante de lucro, os modelos de produção têm evoluído no sentido de ampliar as taxas de lucro através da apropriação da mais-valia e a, conseqüente, ampliação progressiva da precarização do trabalhado assalariado.

Diante dessa conjuntura, o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise acerca da evolução dos sistemas produtivos e suas implicações na exploração da força de trabalho. Já que o desenvolvimento dos modelos de produção, ao longo de sua história, vem capturando o trabalhador por inteiro, apreendendo, inicialmente, suas habilidades físicas, posteriormente, subjugando todas as esferas de sua vida, dentro e fora do ambiente de trabalho e, por último, adentrando, completamente, a subjetividade do trabalhador, através da exploração da sua condição humana, física e psíquica, ou seja, alcançando o trabalhador em sua integralidade.

Nesse sentido, o precariado, nos termos de ALVES (2013), tem sentido a mais recente faceta do capital para aviltar as condições de trabalho na contemporaneidade. Esse tem reduzido a condição laboral e existencial do trabalhador, frustrando-o em relação às suas projeções futuras e submetendo-o a condições degradantes de trabalho, ou, ate mesmo, ao completo desemprego, ainda que possua ao seu favor um grande potencial educacional.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A pesquisa ora apresentada é de cunho bibliográfico, pois está norteadada por artigos, livros e documentos preexistentes, como também tem um enfoque qualitativo, tendo em vista que se propõe a fazer uma análise dos fatos dados, sem a pretensão de quantificá-los, e também explorar o caráter interpretativo da evolução dos modelos produtivos e os seus rebatimentos nas formas de precarização a que estão alocados os trabalhadores na contemporaneidade.

2. Desenvolvimento do processo produtivo no sistema de capital.

O advento da modernidade, com a ascensão da burguesia, provocou uma grande revolução nas relações sociais e nos aspectos concernentes ao trabalho. Instituiu-se o declínio da nobreza e, com ela, uma erosão das relações feudais, dando início ao surgimento de uma classe ascendente que proclamou uma igualdade legal, porém, descortinando, contudo, novas condições de opressão, baseada na exploração do trabalho assalariado através da mais-valia.

A extração da mais-valia é o que alicerça todo o sistema do capital, uma vez que o trabalhador não dispõe de meios de trabalho para sobreviver e barganha sua força de trabalho. Por conseguinte, o capitalista, impulsionado pela concorrência e ávido pela obtenção de lucros, passa a comprar a força de trabalho humana, fazendo uso dela da forma que melhor lhe convier. Nessa situação, o trabalhador não ganha pelo que produz, mas, apenas é remunerado por uma pequena parte do seu tempo, ficando o restante para o empregador.

O sistema de capital é paradoxal, pois para manter-se precisa da exploração do trabalho, caso contrário, sucumbe. Todo esse processo produz o alargamento da miséria, o aumento expressivo do desemprego, instabilidade e exploração da força de trabalho; entretanto, no lado inverso da balança obtém-se a acumulação de riquezas e a concentração do capital.

Compreendendo essas premissas, podemos pontuar as fases as quais se desenvolveu o sistema de produção capitalista, e, a conseqüente, exploração da força de trabalho enfocando suas principais características e determinações.

2.1 Primeira Fase - Manufatura

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A primeira fase de estruturação do capital, caracterizada pela manufatura, surgiu por volta do século VIII. Nesse período, ALVES (2013) esclarece que, segundo Marx, o grande revolucionamento encontra-se na força de trabalho, sendo esse o elemento dinamizador que caracteriza aquela forma de produção, ou seja, nessa fase o ritmo e o manuseio do trabalho ainda eram ditados pelo trabalhador, já que o mesmo dominava a técnica.

O princípio da manufatura que se incorporou na lógica de desenvolvimento capitalista é o princípio do controle laboral por meio da reorganização territorial (o capital institui o trabalho coletivo), reorganização das habilidades manuais (o capital institui um novo nexos psicofísico do trabalho) e reordenamento do tempo de vida reduzindo-o a tempo de trabalho. Entretanto, o “modelo manufatureiro” não alterou radicalmente a relação homem-técnica. O homem ainda dominava a técnica. (ALVES, 2013; p.22).

A manufatura foi responsável por mudanças estruturais nas relações sociais, provocando alterações nas questões relacionadas ao tempo e ao espaço, passando a ser regulada pelos detentores dos meios de produção; os trabalhos perderam o caráter de integralidade para tornarem-se fragmentados ou parciais. Implantou-se, a maior característica do trabalho na esfera do capital - seu caráter alienado.

Nessa conjuntura, segundo ALVES (2013) os artesãos saem de suas oficinas e passam a trabalhar em um novo ambiente. Nasce aí a divisão social do trabalho no capital; quando cada trabalhador torna-se responsável por uma atividade parcelada da produção, e essa se decompõe em uma longa sequência de operações até chegar a seu produto final.

Portanto, a concentração territorial, divisão manufatureira do trabalho e redução do tempo de vida a tempo de trabalho eram elementos compositivos do revolucionamento da força de trabalho sob a manufatura que visam aumentar o controle da força de trabalho com a finalidade de extração da mais-valia absoluta. (ALVES, 2013; p.21).

Na manufatura a relação de tempo e espaço não está mais sobre o domínio do trabalhador, mas, sob a supervisão de outro, o empregador, que o controla em suas forças produtivas. Assim, o capitalista ganha em tempo, produtividade e, conseqüentemente, em lucro, enquanto o trabalhador tem uma redução do tempo de vida em tempo de trabalho, pois esse não determina mais qual seu tempo de trabalho, como também seu tempo livre, ficando, assim, quase que completamente submetido ao empregador.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A subsunção do trabalho ao capital está no nível apenas formal, pois, o trabalhador tem a possibilidade de utilizar suas habilidades e destrezas, como também, ainda possui o comando das ferramentas, sendo assim, o agente da execução do processo.

2.2 Segunda Fase – Fordismo\Taylorismo.

A segunda fase do sistema de produção capitalista vem através da revolução tecnológica que introduz novos formatos de exploração do trabalhador. O que em um primeiro momento aparentou ser a diminuição da carga produtiva do trabalhador, deflagrou-se com a consagração da extração da mais-valia do trabalho, agora não apenas absoluta, mas também relativa³.

Nesse período, que acomete o início do século XX por volta da década de trinta e se finda com a crise da década de setenta, identificado pela grande indústria, ALVES (2013) reforça a compreensão marxista acerca de o homem ser transmutado pela exacerbação da esfera alienante do trabalho, quando esse passa a ser apêndice das máquinas. O trabalhador segue o ritmo das máquinas que ditam a intensidade do trabalho; dessa forma, o operário é conduzido às atividades mecânicas que não exige dele conhecimentos específicos, ou, destreza para o exercício da função.

Nessas condições estão abolidas todas as habilidades do antigo artesão, e o homem não se reconhece mais em seu trabalho, como também, o executa de forma meramente automática, sem que seja necessária a utilização de qualquer capacidade intelectual. Esse período é compreendido como Fordismo⁴/Taylorismo.

3 Segundo NETTO E BRAZ (2006) “Quando não dispõem de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios e modos de reduzir, no seu interior, a parte relativa ao trabalho necessário: se se mantém um limite para a jornada (por exemplo: oito horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. Com essa alternativa, tem-se a produção de mais-valia relativa”.

4 ANTUNES (2011) caracteriza o Fordismo/taylorismo como: Sistema de produção caracterizado pela produção em massa; Linha de montagem de produtos mais homogêneos; Controle de tempo e movimento pelo cronometro taylorista; Produção em série fordista; Trabalho parcelar; Fragmentação das funções; Separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; Existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas, dentre outras dimensões.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Na empresa fordista/taylorista há uma junção da produção em série atrelada a um racionamento dos tempos e movimentos, o que faz do trabalho uma atividade mecânica e repetitiva, onde a máquina dita o ritmo da produção, e tem-se uma extração maior do sobretrabalho e um aumento da mais-valia absoluta e relativa, condicionado pelo incremento das tecnologias e pelo prolongamento da jornada de trabalho.

Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando à intensificação das formas de exploração. (ANTUNES, 2009; p.38).

Esse sistema passa a dominar as demais esferas da vida social, saindo do ambiente puramente fabril para outros campos da reprodução social. O consumo em massa extrapola os enfoques da vida em sociedade, e, o tempo livre passa a ser dedicado ao capital, através do consumo.

ALVES (2007) entende que nesse processo o homem é “decapitado”, não utiliza a sua inteligência no manuseio dos instrumentos e na apropriação desses, coisificando-se; como afirma o mencionado autor.

Nessa fase é realçada a incorporação das máquinas ao processo produtivo, a separação entre elaboração e execução; nesse entremeio, um dos principais instrumentos de trabalho em seu sentido ontológico é negado, o conhecimento.

2.3 Terceira fase - Toyotismo

Com o esgotamento do padrão fordista/taylorista de produção, desencadeado por uma queda na taxa de lucros, implicando em uma crise de repercussão global na década de 1970, instaura-se um novo modelo de padrão produtivo, o Toyotismo⁵, originado do Japão.

O sistema de produção Toyotista, também conhecido como reestruturação produtiva⁶, veio revolucionar os processos de trabalho, beneficiando ainda mais o capital. Os

⁵ Este veio acompanhado por uma modernização conservadora que se instaura no Estado, determinando a precarização das políticas sociais e um novo modelo de trabalhador fabril, agora ainda mais ameaçado pelo capital.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



trabalhadores foram forçados a apresentar novas habilidades e competências, isto é, não se espera mais um funcionário que apenas execute uma função, mas sim, um profissional que pense a respeito dela, que tente a cada momento obter melhor qualidade e maior produtividade.

O trabalhador é chamado a ter habilidades de relacionamento em grupo, comandar mais de uma máquina e, em momentos de dificuldade, conseguir reverter às situações a favor da empresa. A empresa Toyotista não é apenas um local de trabalho, é, sim, “uma segunda casa do trabalhador” onde ele está motivado a doar-se para o sucesso dessa.

Com esse discurso o capital, segundo ALVES (2013), não apreende apenas corpo físico, mas agora, ele penetra em sua subjetividade, se empossando integralmente do trabalhador. O autor menciona que o atual estágio do desenvolvimento produtivo contempla o domínio do homem + técnica.

Incapaz de impedir que o homem-apêndice pense, o capital-maquina visa constituir um novo nexos psicofísico e metabolismo social que permita a constituição de homens com pensamentos mais conformistas. (ALVES 2007; p.24).

Nos processos de trabalho Toyotista utilizam-se do aspecto físico e psicológico do trabalhador na produção. Esse poderá intervir em vários momentos no decurso de fabricação do produto, como também, tem sua condição teleológica⁷ implicada no processo, entretanto, assim como se referia MARX (1996) o produto não lhe pertence.

6 ANTUNES (2009) descreve algumas das principais características resultantes da reestruturação produtiva: Padrão de produção veiculado a demanda, assim essa se torna mais variada e heterogênea; Utilização do sistema kanban, reposição de peças no estoque a medida do consumo, comandadas por senhas; just in time, aproveitamento do tempo de produção; operário polivalente, o operário deve desempenhar várias funções, assim, devendo qualificar-se e ajustar-se as transformações tecnológicas; trabalho era lizado em equipe e não mais tão parcelar ou fragmentado; empresa descentralizada, ou seja, a nova empresa apropria-se de uma quantidade significativamente menor da produção, deixando para as empresas terceirizadas a maior parte do processo produtivo; círculos de controle de qualidade, os trabalhadores são incentivados a formar grupos para debaterem a qualidade do trabalho, a fim de buscar o aperfeiçoamento.

7 A teleologia é compreendida como a habilidade que o homem possui de antever, no plano da consciência, o resultado de seu trabalho, mesmo antes de executá-lo. Consequentemente, a teleologia e a causalidade em seu movimento dialético constituem a essência do trabalho, sendo uma categoria ontologicamente concernente ao gênero humano. Nessa proposição encerra-se a célebre passagem de Marx que diferencia a atividade da melhor das abelhas em relação ao trabalho do pior dos arquitetos.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



ANTUNES (2009) faz uma apreciação sobre o modelo atual de produção afirmando que:

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnológico avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas da gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos semiautônomos, além de requerer, ao menos no plano do discurso, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. (ANTUNES, 2009; p.54).

Quando se trata de reestruturação produtiva, o termo usado habitualmente é a flexibilização, situado em todas as esferas do trabalho, privilegiando as necessidades do capital, desde a jornada de trabalho, os contratos de trabalho, passando pelos salários e chegando até os locais de trabalho.

Logo, as jornadas de trabalho intensificam-se de acordo com as necessidades de mercado e são alargadas também seguindo esse liame. Os contratos de trabalho flexíveis respeitam os imperativos burgueses, diversificando contratos temporários, parciais ou terceirizados; os salários obedecem às mesmas regras passando muitas vezes a serem fixados através de metas ou comissões, como se o trabalhador fosse forçado a assumir os riscos do mercado.

Essa exposição nos leva a perceber que tais formas de apropriação do trabalho humano, e, expropriações dos seus elementos constitutivos jamais poderão ser superados ou negados, no interior do sistema capitalista. Entretanto, é possível a superação, segundo ANTUNES (2011), do trabalho abstrato⁸, aquele inerente à criação de valor, o que nesse caso

⁸ O trabalho abstrato é aquele onde se desvanecem as diferentes formas de trabalho concreto e onde elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho (ANTUNES, 2011).

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



nos reconduziria ao trabalho em sua esfera ontológica⁹, ou seja, trabalho concreto, que eleva o homem a alcançar a configuração humano-genérica.

3. Precariado: A nova fase da precarização.

Os últimos trinta anos, segundo ALVES (2013), que correspondem as duas últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, foram responsáveis por desmontar toda uma forma de sociabilidade que, mesmo inserida na égide capitalista, formou uma geração organizada em classes sociais e possuiu, ainda que por um curto espaço de tempo, certa estabilidade trabalhista e salarial, como também, uma efetiva participação no mercado de consumo, antes apenas reservada à burguesia.

Essa configuração do capital conhecida como estado de bem estar social trouxe, segundo o referido autor, algumas promessas civilizatórias, as quais foram desfeitas nas décadas seguintes. Assim, as gerações anteriores viveram sobre tripé da promessa da “educação-como-capital-humano, emprego-como-carreira-profissional e consumo-como-etos-consumista.” (ALVES, 2013; p.204). Entretanto, o acirramento das crises globais adensadas pelas novas dinâmicas do mercado financeiro especulativo e as revoluções dos sistemas produtivos advindos do Japão remontaram as formas de exploração do trabalho e conduziram a novas modalidades de precarização, dentre elas o que se tem conhecido como precariado.

O precariado é constituído pela camada social de trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos de trabalhos precários. Eles se distinguem de outras camadas sociais de “classe” do proletariado como, por exemplo, a camada social dos trabalhadores assalariados estáveis, em sua maioria organizada em sindicatos ou organizações profissionais e que tem acesso a benefícios e direitos trabalhistas, além de perspectiva de carreira profissional e consumo. (ALVES, 2013, p.199).

⁹ O processo de trabalho descrito por LUKÁCS (2013) está contido no trabalho realizado enquanto intercambio entre o homem e a natureza, isto é, aquele cujo estágio inicial foi preponderante para o desenvolvimento do ser social, o qual gera valor de uso. Entretanto, mesmo essas formas primitivas de trabalho trazem consigo elementos fundamentais, para todas as demais formas de trabalhos derivadas dessas, e encontradas nos dias atuais.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Para ALVES (2013) o conceito de precariado está determinado por três características bem definidas que são: indivíduos que se encontra na fase da juventude, ou melhor, como afirma o autor, jovens adultos; o segundo requisito corresponde ao nível de escolarização, o qual aludi ao nível superior e, por último, deve encontrar-se inserido no mercado de trabalho de forma precária, ou não inserido (CARVALHO, 2014).

A definição, portanto, de precariado para ALVES (2013) abrange uma ampla parcela de jovens altamente escolarizados, herdeiros de um capital educacional de seus pais¹⁰, os quais se inserem no mercado de trabalho de forma flexibilizada, com contratos e jornadas de trabalho precarizados, além de salários baixíssimos, que os impede de sair da dependência familiar e os condiciona a permanecer tolhidos em relação às expectativas de futuro. Vale destacar, ainda, que essa parcela de trabalhadores, filhos da classe média, não consegue manter e avançar em relação às conquistas realizadas por seus antepassados e, dessa forma, tornam-se “sujeitos monetários sem dinheiro”.

A ampliação do precariado para o contingente de trabalhadores precarizados, no mundo do trabalho contemporâneo, compromete a capacidade explicativa desta categoria analítica, desfocando o fenômeno marcante nesta temporalidade histórica do capital que é, justamente, essas juventudes e esse amplo e crescente segmento de jovens adultos qualificados, com precária inserção no mundo do trabalho e na própria vida social, mergulhados na insegurança e sem perspectiva de presente e de futuro. (CARVALHO, 2014, p.233).

4. Considerações Finais

A evolução dos processos de trabalho, no transcurso da história humana, delineia-se como uma práxis em desenvolvimento qualitativo e quantitativo, proporcionando à humanidade uma produção abrangente de todos os tipos de mercadorias, desde gêneros alimentícios até os mais revolucionários aparelhos eletrônicos que aproximaram os povos e

¹⁰ Segundo SINGLY (2010) A partir do século XX há uma transformação generalizada nas famílias, as quais deixam de investir em uma herança econômica para seus filhos e passam a investir em um capital educacional para os mesmos.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



distanciaram as relações sociais entre as classes¹¹. Entretanto, tal desenvolvimento, também, foi responsável pelo aviltamento da condição humana, através da exploração cada vez mais profunda do homem, bem como, do acirramento da questão social¹² e das disparidades econômicas e sociais presentes no mundo.

Nesse sentido, a exploração vivenciada pelos trabalhadores vem se intensificando, no decorrer da história, permitindo que cada nova fase do sistema capitalista traga mais elementos responsáveis pelo aprofundamento da exploração do trabalho e, conseqüentemente, ampliação da extração de mais-valia, produzindo mais miséria, desigualdade social, violência, desemprego e tantas outras mazelas que conduzem às diferenças sociais entre as pessoas na atualidade.

Esse sistema tem demonstrado uma enorme capacidade de reorganizar-se em meio a várias crises, produzindo novos arranjos para gerar lucros promovendo, conseqüentemente, novas formas de exploração do trabalho. Assim, tanto o capital financeiro, como o capital produtivo, nutrem-se das mais acirradas formas de extração da mais-valia, via exploração do trabalho, para a produção de riquezas de forma desigual.

A mais recente forma de precarização da classe trabalhadora vem definida pelo conceito de precariado, o qual agrega um público formado de jovens adultos permeados por uma bagagem educacional, que, entretanto, adentram o mercado de trabalho de forma precarizada, com salários baixíssimos, com vínculos instáveis e, por vezes, com atribuições que extrapolam os seus cargos. Esse apanhado de intemperes tem tomado mais difícil aos

11 Nas sociedades modernas a rapidez com que as relações sociais acontecem é enorme, as pessoas estão sempre conectadas e não há barreiras e nem distâncias que possam afastá-las, pois as tecnologias deixam-nas constantemente interligadas umas as outras. Entretanto, essa mesma tecnologia que une as pessoas virtualmente, promovendo uma vida paralela, afasta-as materialmente esvaziando as relações presenciais, fragilizando os vínculos sociais afetivos, estimulando o consumo desenfreado e a exacerbação do individualismo. O conceito de liquidez do pensador BAUMAN (2001) explica com maior profundidade esse fenômeno

12 IAMAMOTO (2001) irá afirmar que a questão social terá se originado no momento em que a classe operária passa a se reconhecer enquanto classe e exige do Estado o seu reconhecimento. A partir de então, essa pressiona o Estado para a obtenção de seus direitos, os quais provêm através de serviços e políticas sociais. Porém, vale frisar que essa barganha não se dá apenas de forma pacífica, mas, também, por meio de lutas políticas travadas com o Estado, o qual consubstanciado pelos interesses burgueses, responde com violência e opressão.

<p>VI seminário CETROS CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL desafios para a classe trabalhadora</p>	
<p>ISSN: 2446-8126</p> <p>22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE (Auditório Central - Campus do Itaperi)</p>	

trabalhadores o seu fortalecimento enquanto categoria e a luta por melhores condições de trabalho.

5. Referências Bibliográficas.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. 1ed. ,Bauru, SP: Projeto Editorial Práxis, 2013.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**. Ensaios de Sociologia do Trabalho. Londrina, Paraná, Editora Práxis, 2007.

_____. **Trabalho e Mundialização do Capital**. Londrina, Paraná: Editora Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 15ed, São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 2ed, São Paulo: Boitempo, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001

CARVALHO, Alba Maria Pinho De. **A Precarização Estrutural do Trabalho na Civilização do Capital em Crise**: O Precariado Como Enigma Contemporâneo. Revista Políticas Públicas, Maranhão, v. 18, p.225 – 239, julho. 2014 pp. 225-239. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273023>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital** Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. 7ª Ed., São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. **A Questão Social no Capitalismo**. Revista Temporalis, n.3, p.09 - 32, Brasília: ABEPSS, 2001.

LUCÁKS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social**. 1ed. São Paulo: Boitempo,2013.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro Primeiro, Vol. 01, São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda., 1996

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, n.3, p.41 - 49, Brasília: ABEPSS, 2001.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. Uma Introdução Crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2006. (Coleção biblioteca básica de serviço social. v.1).

SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea**. 4ed. ,Lisboa: Edições Texto e Grafia, Ltda. (2010).